

08 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

O Ahú de volta

Ainda que durante vários governos se tenha falado no Centro do Judiciário nas imediações da Prisão Provisória do Ahú, juntamente com um parque, como propunha Roberto Requião chegou-se a uma conclusão: o projeto ambicioso fica para depois e enquanto a crise não é amainada faz-se do prédio sem uso há dez anos um Centro de Custódia para desafogar os dramas prisionais. A edificação, bastante arruinada, já tem 110 anos e precisa ser convenientemente adaptada para as novas funções com as quais já teve tanta semelhança. No entorno da área o Instituto Nacional de Seguro Social trava antiga batalha com 250 famílias que a invadiram e que aos poucos vem recuperando. Alegam herdeiros da sesmaria de Caetano Munhoz da Rocha que alguns lotes do presídio são alvo de uma demarcatória.

08 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Quem é mais conservador

Diogo Castor, procurador da República e que já passou pelo Ministério Público estadual, um dos mais jovens integrantes da força-tarefa da Lava Jato, declarou-se impressionado com os níveis de corrupção do Paraná em referência especial aos fatos apurados pela Publicano na roubalheira fiscal. Das suas declarações à revista "Ideias", que tiveram a mais ampla repercussão, ressalta a de que "a Justiça estadual é mais conservadora e vemos algumas decisões de soltura inexplicáveis como por exemplo a de Luiz Abi". Defensor intransigente dos métodos das "mãos limpas" da Itália com a eficácia das delações premiadas e consequentemente da matéria probatória faz paralelo impossível entre a Lava Jato e a operação do Gaeco, visivelmente de dimensão menos abrangente, e a questão cultural condicionada pelo modelo federativo que tem nos estados-membros uma tradição acomodatória em função da autarquia provincial: não há como esperar o fluir das ações judiciais e isso em especial em sociedades cartoriais como a nossa, já que hoje não nos distanciamos tanto quanto no passado de Alagoas, Maranhão e Rio de Janeiro em solidez oligárquica.

De outro lado, a justiça federal não deixa de ser leniente como Diogo Castor demonstrou em sua tese de mestrado criticando o casuísmo dos seus tribunais quando versam sobre crimes da elite. E cita o exemplo de que o crime de um traficante é tratado de forma muito mais rígida do que o praticado por um empresário.

Se a Publicano tivesse o ritmo da Lava Jato, não seriam poucas as forças arregimentadas para "melar" todo o processo. Aliás, isso se dá, por exemplo, no questionamento do gravador posto na cela de Youssef que advogados dos empreiteiros apontam com um fator capaz de anular todos os procedimentos até aqui adotados, esperança curtida também em cima de conflitos de depoentes.

Embora se diga, com algum exagero, que a Publicano é a nossa "Lava Jato" há distância de anos luz em função da maior eficácia dos bloqueios da oligarquia nos feudos. Aliás, o jurista Rui Cirne Lima, em seus estudos de Teoria Geral do Estado, compara os valores da Federação e das unidades que a compõem com o feudalismo.

08 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Demissão por ineficiência

A Associação Nacional dos Procuradores de Estado entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal questionando a lei complementar paulista, sancionada no ano passado, que reorganizou a Procuradoria-Geral do Estado. Segundo os procuradores, dispositivos da legislação são inconstitucionais, porque preveem que procuradores do Estado possam ser demitidos caso apresentem "ineficiência no serviço". A norma determina que a Corregedoria da Procuradoria-Geral do Estado avalie o trabalho dos procuradores e, os que tiverem desempenho considerado insuficiente, podem ser punidos com a exoneração. A associação afirma que uma emenda constitucional, de fato, determinou que servidores públicos com estabilidade podem perder o cargo ao terem seu desempenho considerado ruim por avaliações periódicas. Entretanto, continuam os procuradores, a regulamentação deveria se dar por lei complementar da União. Desse modo, argumentam na ação, a lei paulista se sobrepõe à Constituição e não deve ser seguida. A ação foi remetida ao gabinete do ministro Dias Toffoli, que decidiu não emitir liminar sobre o assunto por considerá-lo relevante. A matéria será julgada no mérito diretamente no plenário do tribunal.

PF pede dinheiro a Moro

No vermelho, a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba chegou a pedir judicialmente verbas recuperadas pela Justiça Federal para pagar conta de energia elétrica, gastos com gasolina e manutenção de carros. O juiz federal Sérgio Moro concordou com a liberação de R\$ 172 mil para que as investigações da Operação Lava Jato não fossem interrompidas "por falta de dinheiro para despesas básicas". A informação sobre a liberação de recursos por Moro foi publicada pelo jornal "O Globo" e pela revista "Veja".

08 JAN 2016

GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO QUADRO NEGRO

Escândalo de desvio de dinheiro em obras de escolas no PR atinge políticos

Nomes de autoridades e parlamentares apareceram em depoimentos ao Gaeco. Procurador-geral do MP é quem pedirá ou não à Justiça para que citados sejam investigados

Catarina Scortecchi

● Nomes de autoridades e de políticos do Paraná — incluindo ao menos três parlamentares — foram citados durante as investigações da Operação Quadro Negro, que apura desvio de dinheiro em obras de escolas a partir de contratos firmados entre a empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais e a Secretaria de Estado da Educação (Seed), durante o primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB).

Por serem detentores de foro especial, todo o material com os nomes dos políticos e das autoridades foi encaminhado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) ao procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, chefe máximo do Ministério Público do Paraná. Cabe a ele a decisão de pedir ou não ao Judiciário a abertura de uma investigação contra

os citados. Os nomes não foram divulgados pelo Gaeco.

A reportagem apurou que os nomes foram citados em depoimentos prestados em dezembro ao Gaeco. Os relatos apontam que parte do dinheiro inicialmente destinado a reformas e construções de escolas estaduais foi parar nas mãos de políticos e autoridades.

A primeira fase da Operação Quadro Negro foi deflagrada em julho do ano passado pelo Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce), da Polícia Civil. Na ocasião, ficaram presos por dez dias o dono da construtora, Eduardo Lopes de Souza, e o ex-diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Seed, Maurício Fanini. Na sequência, outras duas operações foram realizadas. A terceira e última, em 15 de dezembro, ficou a cargo do Gaeco, que foi chamado para dar auxílio às investigações do Nurce.

Nesta terceira etapa, Eduardo Lopes de Souza voltou para a prisão e mais um nome apareceu no escândalo: o do ex-vereador de Curitiba e irmão da atual vice-governadora Cida Borghetti (Pros), Juliano Borghetti. De acordo com o Gaeco, ele teria recebido quatro parcelas de R\$ 15 mil da Valor Construtora com a missão de agilizar pagamentos à empresa a partir dos contatos que manteria com servidores da Casa Civil.

Juliano Borghetti e outras 14 pessoas foram denunciadas pelo Gaeco à 9.^a Vara Criminal de Curitiba no último dia 30. O irmão da vice-governadora foi denunciado por tráfico de influência. Já o empresário Eduardo Lopes de Souza foi denunciado por organização criminosa, corrupção ativa, falsidade ideológica, fraude a licitação, uso de documento falso, lavagem de dinheiro e obstrução à Justiça. Seus irmãos Viviane e Rogério, seu filho Gustavo e sua mulher Patrícia também estão entre os 15 denunciados.

O ex-diretor da Seed, Maurício Fanini, que antes do escândalo vir à tona, em junho do ano passado, se preparava para assumir a presidência da Fundepar (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná), foi denunciado por organização criminosa, corrupção passiva e fraude a licitação. Na denúncia, o Gaeco fala em prejuízo de ao menos R\$ 18 milhões.

Nesta quinta-feira (7), a reportagem não conseguiu contato com as defesas dos denunciados.

CONTINUA

08 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENVOLVIDOS

“Laranjas” da Valor Construtora teriam recebido oferta para se calarem

Entre as 15 pessoas denunciadas pelo Gaeco à Justiça Criminal no último dia 30, estão Vanessa Domingues de Oliveira e Tatiane de Souza, que, conforme registro na Junta Comercial, figuraram como sócias-proprietárias da empresa. As duas alegam, contudo, que eram meras laranjas do verdadeiro dono da construtora, Eduardo Lopes de Souza, e que apenas trabalhavam como funcionárias dele. As duas foram denunciadas por organização criminosa, mas a advogada delas, Alexssandra Saldanha Cabral, já pediu um acordo de colaboração premiada, que ainda será analisado pela Justiça. Segundo a própria denúncia encaminhada pelo Gaeco à Justiça Criminal, elas teriam recebido oferta de dinheiro para ficar em silêncio. A proposta teria partido de Eduardo e de sua irmã, Viviane, que atuava como engenheira responsável pela empresa. A advogada das duas confirmou que foi feita a oferta e que suas clientes não aceitaram nada. Alexssandra Saldanha Cabral não deu detalhes sobre o episódio, mas repetiu que elas já estão contribuindo com as investigações desde agosto. Por causa da suposta oferta, Eduardo e Viviane foram formalmente acusados pelo Gaeco de obstrução à Justiça.

Fiscais

Entre os denunciados, também estão ex-fiscais do governo do Paraná que anotaram falsas medições sobre a evolução das obras das escolas para que os pagamentos pudessem ser liberados à construtora. Eles alegam que registravam medições fictícias a mando de Maurício Fanini. O ex-diretor da Seed nega.

SETE OBRAS

de escolas estão paradas por determinação do Tribunal de Contas do Estado (TC), que está verificando se não há irregularidades nos pagamentos da Seed à Valor Construtora e à Machado Valente Engenharia pelo andamento destas obras. Em dezembro, duas obras de outra empresa, a MI Construtora, voltaram a andar porque nenhuma inconformidade foi encontrada.

08 JAN 2016

GAZETA DO POVO

LAVAJATO

STF autoriza quebra de sigilo de Cunha

• O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de sua mulher, Cláudia Cruz, de sua filha, Danielle Cunha, além de pelo menos três empresas ligadas à família. O período analisado será de 2005 a 2014. Os três são investigados sob suspeita de terem mantido contas secretas no exterior que teriam sido abastecidas com recursos desviados.

A *Folha de S. Paulo* revelou que a Receita identificou indícios de aumento patrimonial incompatível com os rendimentos da família de Cunha que totalizam R\$ 1,8 milhão entre 2011 e 2014. O deputado nega. Com a quebra, os investigadores querem obter detalhes da movimentação financeira dele e do possível uso irregular de suas empresas na área de comunicação. Cunha minimizou a quebra do sigilo, afirmando que a decisão era antiga e mostra que o procurador-geral da República "atua politicamente, escolhendo a quem investigar".

08 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Paranoia punitiva

RICARDO SAYEG

A possibilidade de se colocarem banqueiros e empresários atrás das grades não pode servir de troféu a uma política punitiva

O Brasil vive uma verdadeira era de paranoia punitiva. Todos clamam por prisões, mas não se atentam para a repercussão das detenções de empresários, banqueiros e investidores na economia nacional.

É muito perigosa essa história de Fênix — destruir para reconstruir provoca perdas de todas as naturezas. Isso já se reflete negativamente na vida de todos nós.

As forças produtivas éticas estão acuadas, pois temem ser também responsabilizadas pelo caos que vivemos. Nesta atual era do Brasil, o empresário está com medo de empreender. O investidor, com medo de investir. O banqueiro, com medo de dar crédito e operar recursos.

E, assim, o cidadão fica com medo de consumir diante da expectativa da ruína econômica nacional, pois a roda da economia está prostrada. O PIB do país caiu vertiginosamente. Os empregos e a saúde financeira das pessoas correm riscos.

Tem razão a ministra do STF Cármen Lúcia ao dizer que o cinismo venceu a esperança e, agora, o escárnio venceu o cinismo. Realmente, a população de nosso país vive um sentimento de indignação.

Essa cólera, todavia, não pode ser um veneno capaz de levar o nosso país a uma paranoia revanchista contra as pessoas que lideram os setores produtivos e financeiros. Muitas vezes, a diferença entre o remédio e o veneno está apenas na dose.

Hoje observamos que não há segurança nos direitos humanos, no devido processo legal, com ampla defesa e presunção de inocência.

Ninguém tem dúvida da podridão que existe no setor público, assim como também não se discute o efeito benéfico do trabalho irretocável dos procuradores da República e do magistrado da Operação La-

va Jato. No entanto, deve haver parcimônia para que, a pretexto dos bons resultados alcançados, não sejam violados os direitos humanos.

Eles são sagrados. Violá-los é um ato de barbárie, típico de uma cultura pouco civilizada e destituída de segurança jurídica.

A possibilidade de se colocarem banqueiros e grandes empresários atrás das grades demonstra isenção da lei, mas não pode servir de troféu a uma política opressiva que busca punir de forma indistinta.

É inconcebível que o Brasil, principalmente no âmbito do Poder Judiciário, venha a adotar uma política de "Direito Penal do Inimigo".

O Poder Judiciário, especialmente a Corte Suprema, é certamente a voz forte da indignação nacional, porém, pelo elevado grau de notável saber jurídico de seus membros, jamais poderá deixar de garantir os direitos dos acusados.

A medida contundente e excepcional da prisão cautelar somente deve ser adotada após o uso de alternativas legais, como a proibição de contato do suspeito com os réus e investigados.

Os empresários, banqueiros e investidores presos, como todos os demais cidadãos do país, são protegidos pelos direitos de ampla defesa e presunção de inocência. Aliás, eles nunca deveriam ter sido antecipadamente punidos, assim como ninguém poderia ser, diante da regra de se defender em liberdade.

A prisão preventiva, antes de o caso ser julgado, além do inaceitável abalo dentro da família, também denigre a imagem de empresas e instituições financeiras.

Jamais eu seria a favor da impunidade, mas é preciso deixar claro que o Brasil não avançará por violar os direitos humanos e provocar a insegurança geral.

Sem o respeito aos direitos primordiais de defesa, o empresário, o investidor, o banqueiro e também o trabalhador comum não terão segurança e condições jurídicas para construir o futuro do Brasil.

RICARDO SAYEG, 48, é advogado, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados de São Paulo e membro da Academia Paulista de Direito

08 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF autoriza quebra de sigilo de deputado

Decisão atinge ainda sua mulher e filha

O STF (Supremo Tribunal Federal) autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de sua mulher, Cláudia Cruz, de sua filha, Danielle Cunha, além de pelo menos três empresas ligadas à família.

A decisão foi de Teori Zavascki, relator da Lava Jato na corte, e atendeu a pedido da Procuradoria-Geral da República. O período analisado será de 2005 a 2014.

Os três são investigados sob suspeita de terem mantido contas secretas no exterior que teriam sido abastecidas com recursos desviados.

A **Folha** revelou nesta quinta (7) que a Receita identificou indícios de aumento patrimonial incompatível com os rendimentos da família de Cunha que totalizam R\$ 1,8 milhão entre 2011 e 2014. O deputado nega.

Com a quebra, os investigadores querem obter detalhes da movimentação financeira do presidente da Câmara e do possível uso irregular de suas empresas na área de comunicação, além de avaliar a relação dele com pessoas próximas, como o corretor de valores Lúcio Funaro.

OUTROLADO

Cunha minimizou a quebra do sigilo, afirmando que a decisão era antiga e mostra que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, “atua politicamente, escolhendo a quem investigar”.

08 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende licitação vencida por filho do presidente do TCU

Motivo de desclassificação de concorrente não é clara, diz juíza

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

A Justiça suspendeu nesta quinta (7) a licitação para operação do teleférico do Complexo do Alemão, no Rio.

A disputa havia sido vencida por empresa do advogado Tiago Cedraz, filho do presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), Aroldo Cedraz. A juíza Karla Velloso afirma que o motivo para desclassificação da concorrente derrotada não consta de forma clara no edital.

O consórcio Rio Teleféricos, formado por duas empresas de Tiago Cedraz, havia oferecido o preço de R\$ 2,7 milhões por mês para administrar o serviço por três anos. A MPE Engenharia ofereceu cerca de R\$ 2,6 milhões mensais, mas foi desclassificada porque os itens de sua planilha de custos para execução do serviço incluíram o seu ganho direto. A juíza considerou que o edital não é claro sobre a forma como a planilha deveria ser apresentada.

A Secretaria Estadual de Transporte afirmou que ainda não foi notificada da decisão judicial e analisa o recurso administrativo da MPE contra o resultado da licitação. O Consórcio Rio Teleféricos não se pronunciou.

Além do Complexo do Alemão, desde junho, a empresa de Cedraz já opera os teleféricos da favela da Providência, conforme a **Folha** revelou. As construções contaram com verba federal, do PAC. O TCU é o responsável por monitorar a aplicação dos recursos da União em convênios com Estados e municípios.

O advogado passou a ser alvo de um inquérito da Polícia Federal após ter seu nome citado pelo empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, em acordo de delação premiada.

Tiago Cedraz disse não haver conflito de interesses no TCU em atuar na Providência porque, segundo ele, o contrato não contou com verba federal. A União e a prefeitura confirmaram uso de recursos do PAC na construção.

FOLHA DE S. PAULO

Ex-auxiliar de Youssef cita propina a Idertucano

08 JAN 2016

Outros delatores já acusaram Guerra antes

Emissário do doleiro Alberto Youssef, Carlos Alexandre de Souza Rocha afirmou em delação firmada na Operação Lava Jato que ouviu falar em propina “ao líder do PSDB” —que ele supôs ser Sérgio Guerra, ex-presidente da legenda morto em 2014— para barrar as investigações de uma CPI da Petrobras instalada em 2009.

Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa já haviam relatado pagamento de propina a Guerra em suas delações.

Em depoimento, Rocha disse que sabe que houve “pagamento de R\$ 10 milhões ao líder do PSDB no caso, mas não sabe como isso foi feito”.

O delator disse ter ouvido de Youssef que “para abafar a CPI da Petrobras teria que entregar R\$ 10 milhões ao líder do PSDB no Congresso”, sem citar Guerra. Rocha, porém, diz que sabia que o tucano era o líder do PSDB no Congresso.

Segundo o delator, parte do dinheiro deveria sair do “caixa” do PP (Partido Progressista) formado por propina oriunda de contratos de empreiteiras com a Petrobras.

Procurado, o PSDB afirmou que a posição do partido “é de apoio às investigações da Operação Lava Jato, que precisam ser levadas a fundo”. A Queiroz Galvão não quis se manifestar. O PP não foi encontrado.

08 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

EDUCAÇÃO

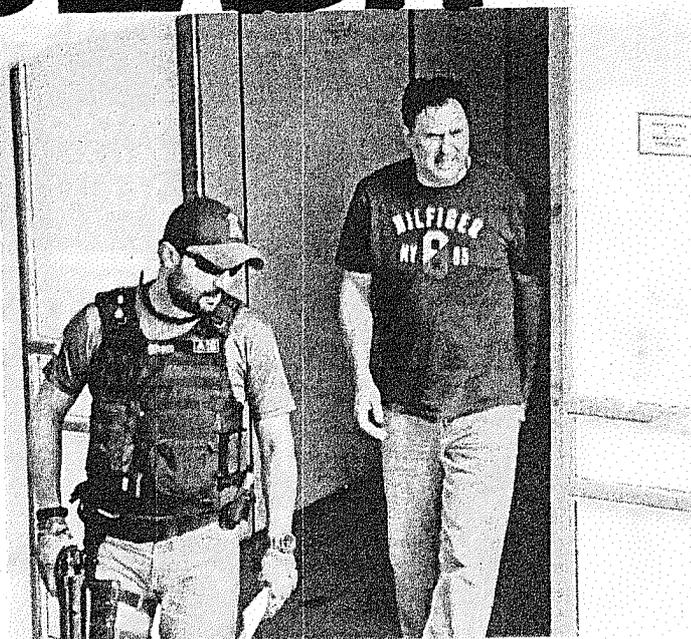
VIOLADA

MP denuncia
15 à Justiça
por desvio de
dinheiro em
obras de
escolas públicas

Da Redação

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão vinculado ao Ministério Público do Paraná (MP-PR) apresentou denúncia ontem contra 15 pessoas envolvidas em desvio de recursos destinados a obras em escolas, licitadas pela Secretaria Estadual de Educação (Seed) e investigado pela Operação Quadro Negro. Foram denunciados empresários, familiares seus e "laranjas", além de servidores públicos, entre outros réus.

A denúncia relata que empresários e servidores públicos constituíram organização criminosa para desviar dinheiro público. Vários servidores, assim como a engenheira encarregada da área técnica da empresa responsável pelas obras, atestavam falsamente que as fases de diversos serviços estavam adiantadas, e com isso a



Em dezembro, um dos detidos era o ex-vereador Juliano Borghetti.

empresa recebia valores indevidos do Estado.

O dono da construtora, familiares seus e outros denunciados ligados a ela, além de pagarem propina a um servidor, praticavam lavagem de ativos, adquirindo veículos de luxo, móveis e imóveis em nome de terceiros e também repassando dinheiro para contas de diferentes pessoas com o objetivo de esconder os valores desviados. A denúncia indica ainda que o empresário falsificou documentos para participar de li-

citação em outro órgão público.

Os fatos se estenderam de 2013 até pelo menos meados de julho de 2015, causando aos cofres públicos prejuízo estimado em R\$ 18 milhões. As investigações foram inicialmente conduzidas pelo Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce) da Polícia Civil e complementadas pelo Gaeco, que em 15 de dezembro cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão em decorrência da operação. Os nomes dos envolvidos não foram divulgados.

08 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Ex-vereador e mais 14 são denunciados por desvio em obras

O ex-vereador Juliano Borghetti, irmão da vice-governadora do Paraná, Cida Borghetti, foi denunciado nesta quinta-feira (7) pelo Ministério Público (MP) pelos crimes de exploração de prestígio e organização criminosa. Além dele, outras 14 pessoas foram acusadas de irregularidades apuradas pela Operação Quadro Negro.

A operação investigou supostos desvios de recursos públicos por meio de contratos com empresas para obras em escolas do Paraná entre os anos de 2013 e 2015. A estimativa é de que a Construtora Valor Serviços Ambientais tenha recebido mais de R\$ 18 milhões para a construção e reformas de escolas que não foram efetivadas em várias cidades do estado. ●

BEMPARANÁ

Quadro Negro

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público, encaminhou ontem à Justiça, denúncia contra 15 pessoas envolvidas em desvio de recursos destinados a obras em escolas, licitadas pela Secretaria de Educação e investigado pela Operação Quadro Negro. Foram denunciados empresários, familiares e "laranjas", além de servidores públicos. Segundo o MP, o grupo formou uma organização criminosa para desviar dinheiro público. A engenheira encarregada da área técnica da Valor Construtora, Viviane Lopes de Souza, responsável pelas obras, atestava falsamente que as fases de serviços estavam adiantados, para que a empresa recebesse os pagamentos por serviços não realizados.

Propina

O dono da construtora, Eduardo Lopes de Souza, familiares e outros denunciados, além de pagarem propina a um servidor, praticavam lavagem de dinheiro, adquirindo veículos de luxo, móveis e imóveis em nome de terceiros para esconder os valores desviados. A denúncia indica ainda que o empresário falsificou documentos - declarando haver concluído obras - para participar de licitação em outro órgão público. O esquema teria funcionado entre 2013 e 2015, causando prejuízo estimado em R\$ 18 milhões.

08 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

PEC estabelece prazo para presidente escolher ministro do Supremo Tribunal

O presidente da República pode passar a ter prazo para a escolha e a nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal, sob pena de ser acusado de crime de responsabilidade. É o que estabelece a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 59/2015, que está na pauta do Plenário do Senado, podendo ser votada após o recesso parlamentar.

Da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação antes de ser enviada à Câmara. Pelo texto, o presidente da República terá o prazo de três meses — a contar da data de abertura da vaga — para escolher um novo ministro para o STF. Feita a indicação, o Senado Federal terá de se manifestar sobre o processo em até 45 dias, sob pena de ficarem suspensas todas as demais deliberações legislativas (exceto as que tiverem prazo constitucional determinado).

Com a aprovação do indicado pelo Senado, o presidente da República terá 15 dias para fazer a nomeação. Em caso de rejeição, o Poder Executivo deverá fazer nova indicação no prazo de dois meses. A PEC 59/2015 determina ainda que o descumprimento de quaisquer dos prazos será punido por crime de responsabilidade.

A senadora ressalta que as votações são prejudicadas quando alguma das 11 vagas da corte não está ocupada. “Quando o presidente da República não realiza a escolha do nome, o STF fica prejudicado nas suas votações. Nossa Suprema Corte, a depender do beneplácito do chefe do Poder Executivo, pode permanecer indeterminadamente com número de membros abaixo do estabelecido pelo Texto Maior, o que não só atenta contra a sua dignidade institucional, mas tem também consequências práticas”, ponderou Marta Suplicy na justificação da proposta.

Em análise favorável à PEC, o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Medeiros (PPS-MT), argumentou que há um vácuo normativo em relação à demora na indicação de nomes para compor o STF. ■

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 22 de dezembro de 2015 às
10h17

O domingo em que a Boca rugiu

Jantar reuniu cerca de 300 pessoas.

Entre os 47 novos cavalheiros empossados estavam o ministro do Tribunal de Contas da União, João Augusto Ribeiro Nardes, Antônio Espolador Neto, presidente da Associação Comercial do Paraná, Luiz Carlos Bohn, presidente da FECOMÉRCIO do Rio Grande do Sul (que recebeu a comenda das mãos de Darci Piana), José Galassini, presidente da Coamo Agroindustrial, coronel Mauricio Tortato, comandante geral da Polícia Militar do Paraná, Miki

CONTINUA

Breier, secretário do Trabalho do Rio Grande do Sul, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Skaff, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Luiz Edson Fachin, ministro do Supremo Tribunal Federal e Sergio Moro, juiz federal da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, responsável pela Operação Lava Jato.

Em seu discurso destacou a importância da Boca Maldita para a democracia. Destacou o papel das entidades que representam a indústria e o comércio no combate ao aumento de impostos, como a CPMF, por exemplo.

Ygor Siqueira, Presidente da Confraria, enfatizou o reconhecimento da sociedade paranaenses aos esforços pela liberdade e o combate à corrupção.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO Paraná Portal 08 JAN 2016

Sergio Moro economizou no discurso e encarou a homenagem como um reconhecimento ao trabalho de toda equipe que atua na Operação Lava Jato.



08 JAN 2016

Paraná Portal

RUY BARROZORUY BARROZO



Noite de autógrafos

Na Livraria da Vila, Pátio Batel, aconteceu o lançamento da obra Código de Processo Civil Comentado, pela Editora Revista dos Tribunais, tendo como coordenador geral o desembargador Fagundes Cunha e como coordenadores o presidente da Associação de Juízes Federais Antônio Cesar Bochenek e o promotor de Justiça Eduardo Cambi.

A obra é o resultado da pesquisa de docentes e operadores do Direito com longa experiência, mestres e doutores.

Prefaciada pelo Prof. Luiz Rodrigues Wambier, o desembargador Eugenio Achille Grandinetti é um dos autores, como o são os desembargadores Jorge de Oliveira Vargas, Roberto Portugal Bacellar, Edson Ribas Malachini, Guilherme Freire Teixeira, Clayton Maranhão, Luiz Osório Moraes Panza, Octávio Campos Fischer,

CONTINUA

08 JAN 2016

Paraná Portal

CONTINUAÇÃO

Ivanise Tratz Martins, Edgard Fernando Barbosa, Rosana Amara Girardi Fachin, o ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ Sérgio Luiz Kukina e dos juízes de Direito Osvaldo Canela Junior, Antônio José Carvalho da Silva Filho, Flávio Renato Correia de Almeida, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Denise Damo Comel, Denise Hammerschmidt e Ruy Alves Henriques.

https://voddownload02.video.globo.com/v0/0d/d8/cf/4666097_cf304a8e0d3e5548c4ab7fc4bddb1e1d9827431e/4666097-iphone360.mp4?h=02144976302744623899981449849427591977295909XGD3qJaNdm_5yGgZ_-YQ&k=flash

